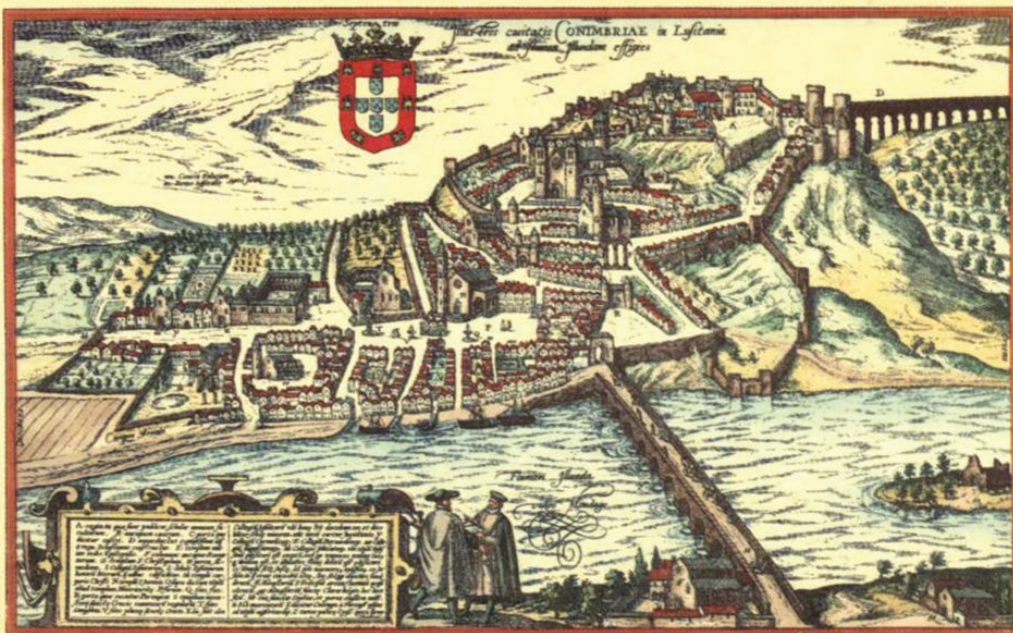


CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

FACULDADE DE LETRAS · UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA 1994 N.º 13



**MULTINACIONAIS E PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
NA INDUSTRIALIZAÇÃO DE ESPAÇOS PERIFÉRICOS
- O EXEMPLO DE MANGUALDE -**

Rui Gama*

Este trabalho visando obter o grau de Mestre em Geografia (Área de especialização em Geografia Regional), foi apresentado e defendido em prova pública na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra no dia 23 de Novembro de 1994. Fizeram parte do júri os Professores Doutores José Manuel Pereira de Oliveira (presidente) e Lúcia de Jesus Caetano (orientadora), ambos da Universidade de Coimbra, e o Professor Doutor João Ferrão (arguente) da Universidade de Lisboa.

O trabalho estrutura-se em 3 partes principais (130 p.), para além de 4 anexos, totalizando 188p.

Num contexto global de mudança pareceu-nos interessante estudar uma área do centro de Portugal, o distrito de Viseu, em que as transformações ocorridas na década de oitenta confirmam um processo de industrialização recente. Este assenta basicamente numa melhoria das acessibilidades, num processo de "urbanização" evidente, no papel desempenhado pelos agentes locais (Municípios e sobretudo empresários), nos recursos humanos (pensando em termos de quantidade, de custo e nível de qualificação) e naturais (por exemplo os relacionados com a agricultura, floresta e de origem mineral não metálica), que conjuntamente com as alterações económicas, sociais, culturais e políticas permitiram as transformações observadas. A sociedade local, quer através dos poderes institucionais, Autarquias e Associações de Cidadãos, quer dos restantes elementos da sociedade (investidores, empresários, etc.), tem vindo a desempenhar um papel activo na criação/desenvolvimento de condições que se traduzem ao nível da constituição/alteração do quadro produtivo existente/formado. As modificações entretanto ocorridas devem ser igualmente entendidas no contexto mais geral da política económica (industrial) do país. Assim, nesta dinâmica de desenvolvimento industrial, também o Poder Central se assume como um agente decisivo e fundamental.

Este processo de industrialização assenta fortemente num tecido industrial de pequenas e médias empresas (PME's), maioritariamente pertencentes aos ramos das denominadas indústrias tradicionais (indústrias da

alimentação e bebidas - CAE 31, têxteis e vestuário - 32 e madeiras e mobiliário - 33) e metalomecânicas - 38, constituídas/renovadas na década de oitenta por capital predominantemente de origem local ou de empresários naturais da área em análise. O capital estrangeiro, como estratégia de investimento, desempenha nalguns concelhos igualmente um papel de destaque. Não obstante este facto, podemos classificar o processo como sendo marcadamente de cariz local.

Tendo em atenção este pano de fundo, o que nos moveu nesta investigação foi a constatação, o conhecimento e a explicação destas alterações. O estudo de um caso, o concelho de Mangualde, por apresentar os traços definidores do processo, afigura-se-nos assim como paradigmático.

No actual contexto de internacionalização e globalização das actividades económicas apresentamos, para o período do pós-guerra, os traços fundamentais das mudanças ocorridas, com as consequentes repercussões ao nível da organização do processo produtivo, da gestão da força de trabalho, dos mercados, dos consumidores. A produção e o consumo em massa, a standardização dos produtos, as linhas de montagem em série, as formas de organizar o trabalho, que caracterizam o "modelo de crescimento fordista", configuram uma particular geografia da actividade industrial que evidentemente se tem traduzido nos territórios por formas de organização características.

O modo de produção fordista foi acompanhado por uma marcada situação de divisão internacional do trabalho. Destacamos neste âmbito o papel atribuído ao investimento externo, corporizado pelas empresas trans/multinacionais, explicitando a lógica de acumulação do capital e consequente reinvestimento, a competição por mercados, tecnologias e mão-de-obra, originando uma divisão internacional do trabalho e também das tecnologias, saber, poder, etc., subjacente a estes gigantes. O processo de desenvolvimento destas empresas aponta para investimentos diferenciados, atendendo às particularidades dos territórios (em função da actividade, das qualificações requeridas, dos apoios concedidos, da legislação vigente,

* Instituto de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

etc.), transferindo-se fases do processo produtivo que necessitam de elevados quantitativos de mão-de-obra com reduzida qualificação e tecnologias ultrapassadas. A estrutura interna destas companhias baseia-se numa organização centralizada no estabelecimento sede, onde são tomadas as decisões relativamente à estratégia a seguir pelas diversas fábricas da empresa multinacional. A importância sócio-política do Estado é decisiva neste processo, já que só um poder central forte poderá desempenhar eficazmente o papel de mediador entre os interesses do país que recebe este tipo de investimentos e os interesses, muitas vezes contrários dos investidores. A partir do estudo de um caso do sector automóvel em território português (Citroën Lusitânia em Mangualde), procuram-se discutir estes aspectos, considerando-se dois níveis de análise. À escala mundial procura-se evidenciar as consequências na organização do espaço, atendendo à distribuição dos estabelecimentos Citroën e à respectiva fase do processo produtivo (local de direcção, concepção e de produção - hierarquia) e às razões de localização. A nível da área de implantação em Portugal de uma fábrica deste grupo (Citroën Lusitânia em Mangualde), pretende-se avaliar o resultado da presença desta companhia, considerando o seu percurso evolutivo, as relações com o Estado/Poder Local e sociedade local, as estratégias de actuação (empreendidas e futuras), os laços desenvolvidos com outras empresas e actividades, em suma as consequências, positivas ou negativas resultantes destes investimentos. Trata-se fundamentalmente, no caso em estudo, de avaliar o impacto da instalação nos anos sessenta de uma fábrica da referida empresa, atendendo ao contexto existente (institucional, social, etc.), funcionando este estabelecimento como catalisador dum "desenvolvimento" que podemos designar de polarizado.

As alterações ocorridas na década de setenta ao nível dos preços de petróleo, contribuíram para o abrandamento do crescimento das economias dos países, assim como para a desestabilização do sistema monetário internacional já de si debilitado, o que originou uma crise profunda. As novas realidades — assentes na globalização e concentração do capital, na integração dos mercados financeiros, na flexibilidade da mão-de-obra e dos processos produtivos, na qualidade e personalização, na cooperação, na inovação tecnológica, na procura de menores custos de produção, na agressividade comercial, entre outros, que se têm traduzido por evoluções diversificadas — assumem-se como

elementos de um novo paradigma que se impõe de forma cada vez mais evidente. Um novo modelo industrial (e de desenvolvimento) emerge baseado na articulação das pequenas e médias empresas com as transnacionais, através da potencialização dos recursos (sobretudo mão-de-obra qualificada) e dos agentes locais (poder local, associações, empresas, etc.). Assim procuramos valorizar estes aspectos discutindo as novas realidades resultantes destas mudanças, tendo sempre presente a área em análise.

Neste trabalho, como implicitamente temos vindo a salientar, o local assume-se como o nível privilegiado de análise, onde se concretiza a mobilização dos recursos locais, dependendo obviamente o tipo de actuação do estado evolutivo em que se encontram os sistemas industriais.

Após esta *Introdução*, em que procuramos problematizar estas questões, as II e III partes são dedicadas a uma apresentação das condições recentes do processo de industrialização ocorrido no distrito de Viseu e à explicitação da evolução do quadro produtivo, analisando a estrutura e o dinamismo da actividade industrial. Seguidamente no ponto intitulado *Processos locais de industrialização: o exemplo de Mangualde*, centramos a análise nos investidores e empresários, como sendo os agentes produtivos responsáveis pelo investimento e como tal pelas estratégias adoptadas, dedicando particular atenção, quer aos ciclos de industrialização, quer às razões de localização, ressaltando o papel do empresário/investidor como elemento motor e fundamental do sistema. Como já referimos, assumem neste sistema igualmente destaque, quer os Poderes Locais quer as Associações Industriais. A organização do trabalho e do processo produtivo merecem também especial atenção, já que são elementos indiciadores das alterações que têm vindo a ocorrer, sendo por isso indicadores da modernização ou estagnação do sistema industrial. Na sequência destes aspectos pareceu-nos também importante a análise dos problemas com que os empresários se debatem, constatando igualmente as alterações que têm vindo a ocorrer com a adesão de Portugal à União Europeia. Como elementos de síntese que importa reter, apresenta-se uma tipologia industrial com base nos aspectos analisados, bem como se indicam as implicações territoriais da presença da indústria nesta área. São também referidas algumas possibilidades de desenvolvimento deste sistema industrial.